

Obras inacabadas causam prejuízo de R\$ 1 bi aos cofres públicos

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez um amplo diagnóstico das obras inacabadas financiadas com recursos da União em todo o país. O levantamento detectou que das 400 obras inconclusas, no valor de R\$ 3,5 bilhões, 130 são empreendimentos executados pela União e as outras 270 são executadas por estados e municípios, mediante recursos federais transferidos. A paralisação desses empreendimentos acarreta prejuízo de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

A principal causa de paralisação de obra pública refere-se a problemas no fluxo orçamentário/financeiro, com 80% dos casos, quando avaliadas apenas as obras executadas diretamente pelos órgãos federais. Quando analisadas obras de responsabilidade de estados e municípios, o principal motivo também é relativo ao fluxo orçamentário/financeiro, chegando a 39%. No entanto,

problemas relacionados ao projeto/ execução da obra e à inadimplência do ente beneficiário dos recursos é significativa, chegando a 18% e 16%, respectivamente.

O TCU fez determinações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para corrigir as falhas que impedem a conclusão das obras públicas. A principal delas é a criação de um cadastro geral de obras, sustentado por uma solução de tecnologia de informática que forneça informações detalhadas para a administração pública federal, para os órgãos de controle e para o cidadão, que permita o acompanhamento dos gastos públicos realizados em obras custeadas com recursos federais.

O tribunal recomendou também ao Poder Legislativo que institua uma relação de obras para cada unidade orçamentária, listadas por prioridade de execução, de tal forma que a distribuição dos

recursos disponíveis obedeça a essa ordem; o que permitirá que cada obra seja devidamente contemplada no orçamento anual e na sua execução financeira, recebendo recursos compatíveis com a dotação definida que, por sua vez, deverá ser compatibilizada com o cronograma da obra.

O TCU enviou cópia da documentação às presidências do Senado e da Câmara federais, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, aos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Educação, da Saúde, da Integração Social, da Ciência e Tecnologia, das Cidades, das Comunicações, do Turismo, ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e à Secretaria do Tesouro Nacional. O ministro Valmir Campelo foi o relator do processo.

Reforma agrária é tema de painel no TCU

Painel realizado por equipe composta de servidores da 5ª Secretaria de Controle Externo e Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, em junho, discutiu os principais achados relativos ao monitoramento da auditoria realizada no Programa Novo Mundo Rural, em 2004, envolvendo as ações "Assentamento de Trabalhadores Rurais e Desenvolvimento de Assentamentos Rurais". Trata-se do último monitoramento previsto, que objetiva verificar o grau de implementação das recomendações relativas à organização de assentamentos rurais, especificamente à instituição da política de assistência técnica e à estruturação do órgão gestor para supervisão das ações no âmbito dessa política.

A reforma agrária foi considerada pelo Plenário do TCU como tema prioritário para fins de planejamento das ações de fiscalização do tribunal em 2008.

A auditoria buscou responder a duas questões: quais os produtos e impactos das ações para a melhoria da estrutura e regulamentação do Incra voltados à gestão dos assentamentos rurais e quais os produtos e impactos das ações de gestão de organização dos assentamentos rurais. A equipe apresentou para os participantes a metodologia do trabalho e os principais achados a serem abordados no relatório.

Para melhor avaliação do tema, a equipe de auditoria realizou visitas às superintendências regionais do Incra, a alguns assentamentos dos Estados do Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Também foram realizadas entrevistas com técnicos que prestam assessoria nos assentamentos rurais.

Participaram do evento, além da equipe de monitoramento, o secretário da 5ª Secex, André Luiz Mendes, as diretoras da 1ª Diretoria da 5ª Secex, Ana Paula Silva da Silva, e da 1ª Diretoria Técnica da Seprog, Glória Maria Merola, representantes da Controladoria-Geral da União, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e da Consultoria da Câmara dos Deputados.

TCU realiza seminário sobre documentação e informação jurídica

O Tribunal de Contas da União realizou, em julho, o Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídica, promovido pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF). Segundo o ministro Aroldo Cedraz, na solenidade de abertura, o tema central do seminário, que é “Informação Jurídica: Trabalhando Direito”, é diretamente afeto a todos os trabalhos desenvolvidos no TCU. “Não há como se agregar valor a qualquer nação sem que as decisões sejam embasadas em informações confiáveis, corretas e tempestivas, e assim tem sido a atuação do Tribunal de Contas da União. Para isso, temos contado com o apoio dos profissionais da documentação, que nos subsidiam com essas informações, permitindo-nos decidir acerca dos mais diversos assuntos”, destacou.

Ele ressaltou que as informações não se encontram apenas em formato impresso, mas também em bases de dados e na rede mundial de computadores, a internet, agrupadas, muito freqüentemente, de forma caótica. “Nesse contexto, a organização promovida pela classe, permite que o conhecimento perdido na massa informacional seja recuperável por nós, usuários”, disse.

O ministro destacou que o tribunal investiu na especialização de 34 servidores em Gestão do

Conhecimento e que, em continuidade, muito tem sido realizado pela Presidência do TCU para que sejam alcançados novos benefícios provenientes dessa especialização. Citou como exemplo a reconstrução do portal, projeto coordenado pelo Instituto Serzedello Corrêa, por intermédio do Centro de Documentação (Cedoc), em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setec). “Esse projeto viabilizará a recuperação da informação de forma lógica e democrática, com o esforço de uma equipe multidisciplinar, embasada nos princípios da arquitetura da informação, privilegiando-se o acesso ao conteúdo”.

Lembrou, ainda, que o corpo técnico de bibliotecários foi reforçado com cinco novos servidores há dois anos, em consequência da necessidade de ampliação do atendimento. “Com o aumento exponencial da informação disponível para acesso nos mais variados meios, mister se faz o crescimento do quadro de pessoal qualificado, para seu tratamento e disseminação”.

O seminário foi um evento paralelo ao XXII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (XII CBBDD), e teve o objetivo de promover a troca de experiências e aperfeiçoamento de conhecimentos na área jurídica.